

SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ATIVISTAS JOVENS E PARTIDOS POLÍTICOS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DOS FEMINISMOS NEGROS

Julia de Souza Abdalla¹

Resumo

Este trabalho se insere em um debate contemporâneo sobre participação política, com foco na relação entre jovens ativistas e partidos políticos. Metodologicamente, vale-se de dados recolhidos em uma pesquisa de campo com ativistas feministas negras no interior do estado de São Paulo entre 2016 e 2018, dando destaque: 1) às relações e percepções de ativistas de diferentes gerações acerca dos partidos; 2) às estratégias de inserção e disputa desses espaços aplicadas por essas ativistas.

Palavras-chave: feminismo negro; partidos políticos; representação; movimentos sociais.

Abstract

The article debates political participation by focusing on the relations between young contemporary activists and political parties. To do so, it employs part of the data gathered in fieldwork with Black feminist activists in São Paulo, Brazil, between 2016 and 2018, highlighting: 1) the relations and perceptions of activists regarding political parties; 2) their strategies of participating and disputing such spaces.

Keywords: Black feminism; political parties; representation; social movements.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de pesquisa no Department of Africana Studies na Brown University. Áreas de interesse: estudos de gênero; gênero, raça e classe; movimentos sociais; democracia. Email: juh.abd@gmail.com

Introdução²

Analistas dos movimentos sociais e ações coletivas têm apontado para significativas modificações na última década. Acompanhando o aparente esgotamento do ciclo da redemocratização (BRINGEL, 2018) e a eclosão e desenvolvimento de processos de erosão democrática (MIGUEL, 2018), essas transformações dizem respeito às formas, durabilidade e estratégias de ação, aos formatos de organização, à coexistência de diferentes gerações ativistas, à constituição e vigência de vários e diversos espaços públicos, à formação de identidades políticas complexas e instáveis (RIOS E MACIEL, 2018; GOMES, 2018; CARMO, 2018; ZANOLI, 2019; ABDALLA, 2020a; LIMA, 2020; FACCHINI, CARMO E LIMA, 2020), entre outros.

Um dos elementos marcantes dessa passagem se encontra nas relações estabelecidas por movimentos sociais e seus militantes com os partidos políticos e a política institucional. Após um período de intensas relações entre os movimentos sociais e o Estado (LOPES, HEREDIA, 2014; MATOS, ALVAREZ, 2018), jovens ativistas que mobilizam as bases dos movimentos feministas, LGBT e negro pareceram, na primeira metade dos anos 2010, manter afastamento decisivo da política institucional como um todo e eleitoral, em particular. O distanciamento entre as novas gerações ativistas e os partidos políticos é perceptível na queda da filiação partidária de pessoas entre 25 e 34 anos³, no emprego crescente de estratégias e formatos de organização pulverizados, como os coletivos, em detrimento da disputa das instituições “por dentro” (GURZA LAVALLE, 2019), nos discursos críticos à participação institucional e a formatos de organização política vistos como “autoritários” e “institucionalizados”, assim como em outros aspectos da atuação política desses grupos ativistas (GOMES, 2018; CARMO, 2018; ZANOLI, 2019; LIMA, 2020; ABDALLA, 2020a).

O presente artigo parte de um contexto marcado pelo baixo desempenho eleitoral das mulheres e das populações negra e LGBTI, pela impermeabilidade do sistema político às propostas e às representantes oriundas de movimentos sociais (REZENDE, 2019; SACCHET, 2020), e, posteriormente, por novas estratégias de inclusão nesses espaços.

² Agradeço aos comentários das pareceristas anônimas da *Revista Feminismos* e das editoras do dossiê. Os agradecimentos se estendem a Juliana Miraldi e Claudia V. C. Souza por suas leituras. Os dados discutidos no artigo foram recolhidos em minha pesquisa de doutorado na Universidade Estadual de Campinas, desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

³ Ver dados em <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitores-filiados-por-sexo-e-faixa-etaria>

Valendo-se de um recorte dos dados produzidos em uma pesquisa de campo com uma organização feminista negra intergeracional que esteve ativa no estado de São Paulo entre 2015 e 2018 – a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região – o texto inicia uma investigação das relações, percepções e trocas recentes entre movimentos sociais e partidos políticos. Orienta-se, para isso, pelas seguintes perguntas: como grupos de ativistas têm recentemente se relacionado com os partidos e com a política institucional? Especialmente, como jovens ativistas negras têm percebido esses espaços, fundamentado estratégias de constituição de capital político e disputado sua inserção e participação neles?

Na primeira seção do texto, procuro contextualizar o problema das relações entre os partidos e os movimentos de mulheres negras, suas inflexões recentes, a partir de meados dos anos 1990, acompanhando a intensificação de sua interlocução com o Estado, sua institucionalização, e, posteriormente, a partir dos anos 2010, a retração desses mesmos processos e, conseqüentemente, o deslocamento das estratégias políticas da sociedade civil organizada. Na segunda parte do artigo, apresento a organização analisada e os dados recolhidos na pesquisa. Primeiro, forneço três perfis geracionais das militantes e discuto suas relações com a filiação partidária e simpatia ou alinhamento com projetos políticos de partidos específicos, assim como as percepções dessas militantes acerca dos espaços partidários. Depois, relato algumas das estratégias empregadas pelas militantes e pela organização para disputar espaço e recursos no interior dos partidos políticos.

O artigo não ignora a virada recente do desencantamento para a reinvenção da política que caracteriza iniciativas como as “mandatas coletivas” e outras estratégias que vêm sendo pensadas, em diferentes perspectivas, como “hackeamentos” (GURZA LAVALLE, 2019) ou “reencantamentos” (SORJ, 2018) com a política institucional. Não obstante, o foco analítico do texto está no momento anterior nas trajetórias das entrevistadas – o do desencantamento. Levando isso em conta, na conclusão procuro apontar alguns caminhos de continuidade dessa discussão, sugerindo como os dados considerados indicam possibilidades de compreensão da passagem do momento de distanciamento e rejeição à política institucional e partidária para a renovada disputa desses âmbitos nos últimos anos.

Considerações sobre as relações entre movimentos sociais, partidos e instituições

Ainda que poucas vezes tenham sido tomadas como objeto mais específico de estudo, a caracterização e a discussão das relações comumente tensas entre ativistas e

partidos políticos estão longe de ser uma novidade nas pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil. Uma breve entrada nas memórias e análises dos movimentos feministas e antirracistas a partir da redemocratização permite verificar como os partidos estiveram inseridos em suas redes de relações, conflitos, além de intervirem decisivamente em suas dinâmicas internas. Basta lembrar, por exemplo, das pejejas entre militantes “autonomistas” e “políticas” que tiveram centralidade nas organizações e nos debates feministas dos anos 1970 e 1980 (BLAY, 2017; ALVAREZ, 1990, 2014), assim como entre correntes “políticas” e “culturais” do movimento negro na mesma época (ANDRADE, 2015).

Embora uma sistematização dessas relações ainda esteja por ser realizada com relação ao movimento de mulheres negras (doravante MMN), não faltam elementos a sugerir sua complexidade e relevância na história dessas organizações, haja vista as trajetórias de referências como Benedita da Silva, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Thereza Santos e Lélia Gonzalez, sua principal intelectual pública⁴. Além de empenharem-se em candidaturas, campanhas e cargos de confiança, essas militantes desempenharam importantes papéis em causas e disputas partidárias, atuaram em conselhos e órgãos estatais e formularam uma relevante produção intelectual crítica aos desencontros e tensões entre as agendas e as concepções políticas dos movimentos sociais e da esquerda progressista. Ao menos na região sudeste, pode-se argumentar que, dado o significado dessas relações nas trajetórias de tais atrizes centrais na constituição do MMN, as principais questões, disputas e projetos desse movimento não estiveram apartadas dos espaços partidários. Tendo em vista o foco do artigo em passagens recentes dessas relações, cabe investigar o período a partir da segunda metade dos anos 1990⁵.

Um primeiro momento se dá entre meados dos anos 1990 até o fim dos anos 2000, quando vemos uma reabertura do Estado brasileiro à sociedade civil organizada, com a ampliação dos órgãos e conselhos voltados à população negra, às mulheres e a outros grupos, assim como a promoção de políticas públicas, devido, em grande parte, à pressão e à negociação por parte dos próprios movimentos, o que frequentemente se deu por via da atuação de militantes inseridas nas estruturas partidárias (RIOS, 2019). Tais deslocamentos, depois de um período de atuação centrada em organizações não

⁴ Ver, por exemplo: SANTOS, 2008; PEREIRA E BUARQUE DE HOLLANDA, 1980.

⁵ Reconstituições mais completas das relações entre movimentos sociais e Estado a partir dos anos 1980 estão disponíveis em: ALVAREZ, 2014; BRITO, 2015, cap.2, esp. item 2.3; RIOS, 2019; ABDALLA, 2020a, cap.1; RODRIGUES, FREITAS, 2021.

governamentais e voltada às instituições e espaços de deliberação internacionais (SANTOS, 2008; RODRIGUES, 2006), tornam-se ainda mais relevantes a partir dos anos 2000, quando uma série de pautas históricas desses movimentos são obtidas com o apoio organizativo, logístico e, em alguns casos, financeiro, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) –, tais como o Estatuto da Igualdade Racial, a política de ações afirmativas nas universidades públicas (Lei 12.711/2012) e a emenda constitucional acerca dos direitos das trabalhadoras domésticas (LIMA, 2010; LEMOS, 2016). Destacam-se, também, os processos participativos em diversos níveis – conferências, orçamentos participativos, conselhos, entre outros –, os quais fundamentaram a produção de políticas públicas com a representação da sociedade civil (LOPES, HEREDIA, 2014; MATOS, ALVAREZ, 2018; GURZA LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2019).

A consequente inflexão promovida nas relações entre movimentos sociais e Estado pode ser vislumbrada por meio de alguns dos conceitos empregados para caracterizar e interrogar esse momento, tais como “institucionalização pública estatal” (RIOS, 2019) e “encaixes institucionais no Estado” (GURZA LAVALLE, CARLOS, DOWBOR E SZWAKO, 2019). Estes últimos podem ser descritos como “pontos de acesso [dos movimentos sociais ao Estado], órgãos, regras, prioridades, leis” (GURZA LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2019, p.24), enquanto que a “institucionalização pública estatal” (RIOS, 2019, p.256) faz referência a processos de construção desses “encaixes institucionais” para determinados movimentos, assim como a incorporação de suas pautas na formulação de políticas e na atuação institucional de forma mais ampla. As análises sobre a interpenetração entre movimento feminista e Estado podem ser apreciadas em maior especificidade, por exemplo, nos volumes voltados à análise das políticas e da participação das militantes em conferências e conselhos (cf. MATOS, ALVAREZ, 2018), bem como no emprego do conceito de “feminismo estatal” (HERNES, 1987; STETSON, MAZUR, 1995) para o contexto brasileiro (BOHN, 2010; BRITO, 2019).

Embora essas análises refiram-se a uma dinâmica estabelecida primordialmente entre sociedade civil e Estado (mais do que diretamente relacionada aos partidos), deve-se notar que ela é flexionada por conteúdos ideológicos – e possivelmente partidários. Como notou Céli Pinto (2018), as ínfimas diferenças entre as representantes da sociedade civil e do governo nas instâncias de participação política desenvolvidas nessa década sugerem que o perfil participativo encontrado nas conferências voltadas à formulação de

políticas públicas para as mulheres, ainda que bastante ampliado em relação aos períodos anteriores, permanecia restrito e filtrando representações com trajetórias e filiações específicas⁶. A autora conclui que “as conferências parecem ser um espaço de participação política das mulheres de esquerda, que, mesmo pertencentes a partidos, têm raras chances de se elegerem a cargos legislativos” (PINTO, 2018, p. 193). Dessa forma, para ela, os importantes avanços na inclusão política das mulheres no período em questão permaneceriam submetidos a “governos de ocasião”.

Centrais nos processos participativos e conquistas obtidas pelo MMN na época são sua maturação e a complexidade de suas redes e operações. Principalmente ao longo dos anos 1990, o MMN atravessa um período de formação de organizações da sociedade civil, profissionalização de lideranças, participação em conferências internacionais e relações com organismos multilaterais e órgãos financiadores internacionais – o que Flávia Rios (2019) chama de “institucionalização pública não estatal” –, constituindo-se como um ator coletivo relevante na sociedade civil e nos espaços de participação política. Dessa forma, algumas das diversas organizações que compunham o movimento encontravam-se, nos anos 2000, em condições de negociação com os governos e de pressioná-los na direção de suas agendas – em particular, a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)⁷, criada no início dessa década em função da organização para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, em 2001.

Contudo, este também é um momento de “especificação” de “outras identidades entre as mulheres negras” no interior do MMN, dando origem a “múltiplas possibilidades de organização política da identidade negra” (ALVAREZ, 2012, p.840-1), conforme explicou Luiza Bairros em entrevista a Sonia Alvarez. Esse processo de pluralização interna, de caráter marcadamente geracional, não é exclusivo do MMN, mas parece acompanhar a passagem entre três momentos políticos que influenciam a organização dos movimentos feministas, negros e LGBT e as identidades mobilizadas por eles, tal como

⁶ Segundo Pinto (2018), os perfis eram tanto próximos entre si em termos de raça, classe e, especialmente, filiação partidária e posição política em uma série de questões, quanto eram igualmente distantes do perfil geral da população brasileira.

⁷ Vale destacar que, embora a página inicial do *website* atual da organização indique o nome citado no corpo do presente texto (cf. www.amnb.org.br), no próprio site (<https://amnb.org.br/quem-somos/>), bem com em textos de especialistas dedicados à análise da trajetória dos movimentos de mulheres negras (RODRIGUES, 2006; LEMOS, 2016; RIOS, MACIEL, 2018; RODRIGUES, FREITAS, 2021), a Articulação também é mencionada como “Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras”, assinalando algumas das disputas que permearam sua constituição. A respeito dessas disputas, ver: RODRIGUES, 2006.

estas foram sistematizadas por Alvarez (2014) e Facchini, Carmo e Lima (2020). Em linhas gerais, trata-se da transição de um momento de consolidação e “centramento” das identidades coletivas (tais como “a mulher negra”), que marcaram a constituição de movimentos sociais “no singular” nos anos 1970 e 1980, para, num segundo momento, nos anos 1990 e 2000, a prevalência dos processos de institucionalização e “cidadanização” dos sujeitos dos movimentos e o “adensamento [de sua] participação socio estatal” (FACCHINI, CARMO, LIMA, 2020, p.6), que se desdobra no processo de “descentramento” e pluralização desses movimentos e identidades nos anos 2010. Tal processo pode ser compreendido como “a complexificação na definição dos sujeitos políticos dos movimentos sociais analisados”, em que “as ‘outras’ do feminismo do primeiro momento [anos 1970 e 80] se configuram como ‘outros feminismos’, dado o significativo alargamento do campo mobilizados por mulheres negras, lésbicas, sindicalistas, do campo, entre outras” (FACCHINI, CARMO, LIMA, 2020, p.6).

Nesse contexto, acompanhando Flávia Rios e Regimeire Maciel (2018), é possível falar da constituição de uma nova geração ativista no interior do movimento de mulheres negras ainda nos anos 2000,⁸ formada majoritariamente pelas primeiras estudantes cotistas. Com foco nas pautas relativas à educação e atuação articulada por meio de organizações da sociedade civil, essa geração teria sua ação voltada à participação institucional e em espaços de interlocução sócio estatal e à constituição de políticas públicas. Rios e Maciel (2018) demarcam a formação dessa geração a partir do I Encontro de Negras Jovens Feministas, em Salvador no ano de 2009. Este evento, bem como a série de acontecimentos com os quais ele se relaciona (cf. ABDALLA, 2020a, pp. 98-100), associam a rede de mobilização das Negras Jovens Feministas com a constituição de uma identidade “feminista jovem”, retraçável ao X Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, em 2005, no interior de São Paulo (GONÇALVES, FREITAS, OLIVEIRA, 2013), em que jovens militantes passaram a disputar espaço e participação no movimento feminista e nos espaços institucionais voltados às políticas para as mulheres, tais como as

⁸ Mais recentemente, Cristiano Rodrigues e Viviane Gonçalves Freitas (2021) constroem argumento semelhante ao de Flávia Rios e Regimeire Maciel (2018) no que diz respeito à pluralização e ampliação do feminismo negro brasileiro. Contudo, ao centralizar a transformação dos repertórios discursivos e das estratégias políticas dos movimentos de mulheres negras como critério para organizar sua reconstrução da trajetória desses movimentos, privilegiam os três momentos de relação entre política institucional e extra institucional, dando tratamento conjunto à atuação dos grupos que Rios e Maciel entendem como duas novas gerações. Considerando a significativa diferença entre os entendimentos e a atuação política das ativistas da FMNCR que iniciaram sua atuação política nos anos 2000 e nos anos 2010, o enquadramento analítico de Rios e Maciel é mais profícuo para a presente pesquisa.

Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Como nas décadas anteriores, portanto, as ações e estratégias das militantes procuram pautar a agenda do Estado, devendo ser ressaltada a influência decisiva do contexto institucional propício e poroso à sociedade civil em sua formação, ainda que mais pesquisas sejam necessárias para verificar a pertinência dessas definições para toda uma geração ativista⁹.

O “descentramento” se intensificaria a partir dos anos 2010, quando, segundo Alvarez, prevaleceriam os “fluxos horizontais” (*sidestreaming*) – isto é, a multiplicação dos “discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas” (ALVAREZ, 2014, p.17). Disso resultaria, no caso do MMN, a ampliação das representações políticas das mulheres negras, agora flexionadas pelos conteúdos políticos e organizativos de organizações quilombolas, lésbicas, jovens, capoeiristas, de matriz africana, representações de trabalhadoras domésticas, hip hop, grafiteiras, etc. Vale notar, também, que essa ampliação das representações políticas no interior de um mesmo campo (ALVAREZ, 2014; FACCHINI, CARMO E LIMA, 2020), como apontam Rios e Maciel (2018) para as diferentes gerações de ativistas negras, resultam na convivência temporal e espacial desses vários grupos e/ou gerações políticas.

Como afirma Pinto, “as datas de 1988 e 2016 marcam os limites de uma experiência de democracia que se finda” (PINTO, 2018, p. 196), aquela contida no ciclo da redemocratização e no período de estabilidade democrática (RIOS, MACIEL, 2018). Assim, o contexto de abertura institucional cultivado nos anos 2000 passaria por profundas transformações ao longo da década seguinte. O processo de erosão democrática que caracteriza os anos 2010 é marcado, entre várias outras coisas, pela retração dos avanços institucionais obtidos no momento anterior, por ofensivas relacionadas à chamada “agenda moral” voltada à oposição às pautas feministas e LGBT no Congresso, pela reação às políticas públicas para as parcelas mais vulneráveis da população, pelo crescimento eleitoral das direitas e, ainda, pelos discursos de ódio cada vez mais espalhados.

⁹ No texto citado, as autoras analisam a geração por meio da rede das Negras Jovens Feministas, que, na pesquisa de Alvarez (2014), aparece como uma entre outras identidades encontradas no campo feminista do mesmo momento. Segundo Alvarez (2014, p. 34), “a autoidentidade como ‘feminista jovem’ era mais comum entre as [militantes dessa faixa etária] que circulavam no circuito ONGs-ONU-Cooperação Internacional-Estado e nos meios partidários, sindicais e estudantis, os quais as demarcam institucional e discursivamente enquanto tal”.

Nesse contexto de refração, marcado pelo afastamento e desencanto com a política institucional, Rios e Maciel (2018) verificam a formação de mais uma geração de ativistas feministas negras, organizadas em coletivos pequenos e com ampla mobilização de redes sociais e espaços *online*. Estes, segundo as autoras, deixam de ser, como para a geração anterior, apenas ferramentas de divulgação e canais de acesso a uma variedade de públicos, passando a constituir a base da rede ativista. Autodefinindo-se como “interseccionais”, essas militantes pautam questões “ainda negligenciadas ou que foram insuficientemente trabalhadas pelas gerações anteriores” (RIOS, MACIEL, 2018, s/p), tais como afetividade, subjetividade, colorismo, autocuidado e, principalmente, sexualidades e visibilidades lésbicas e trans. Em diálogo com Medeiros (2017), as autoras destacam a formação política dessas militantes nas periferias urbanas, o que demonstraria a ampliação da construção de subjetividades políticas em locais de moradia e sociabilidade, e “não apenas nas proximidades dos centros universitários, como se via nos feminismos dos ciclos anteriores”. Rios e Maciel sublinham o impacto dessa geração sobre o mercado de consumo, o que pode ser testemunhado nas campanhas publicitárias realizadas por blogueiras e influenciadoras digitais e na proliferação de produtos relacionados a elas. Tal geração apresentaria maior diferença em relação às anteriores, caracterizando o que as autoras chamam de “uma nova guinada nas subjetividades negras contemporâneas, relativamente estranhas e até contrastivas às das duas gerações mais antigas na cena pública” (RIOS E MACIEL, 2018, s/p).

Movimentos sociais e partidos políticos no campo empírico

A pesquisa cujos resultados apresento parcialmente neste artigo foi realizada com a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região (FMNCR), tendo por objetivo compreender algumas das categorias em circulação nos movimentos sociais contemporâneos e as formas de construção de alianças e identidades políticas encontradas nesses movimentos. Formada em 2015 por militantes negras de vários movimentos sociais da região, a FMNCR tinha como principal atribuição organizar a ida das militantes à Marcha das Mulheres Negras contra a Violência, o Racismo e pelo Bem-viver, em novembro daquele ano, e permaneceu ativa até meados de 2018. Dada a amplitude desse primeiro objetivo, que interessava a muitas militantes, os perfis encontrados no grupo apresentavam uma série de diferenças que diziam respeito à geração, origem geográfica, nível de educação formal, expressão de gênero e sexualidade, atuação no mercado de trabalho e condições socioeconômicas, experiências e trajetórias de ativismo e

organização coletiva, filiação partidária, entre outros. A mesma diversidade era encontrada entre os atores coletivos representados na organização, cerca de 20 grupos – movimentos sociais, casas de cultura, iniciativas mercadológicas, coletivos universitários, associações de classe etc. –, cuja atuação se dava em torno de variadas agendas (antirracista, feminista, trabalhista, urbana e de moradia, salvaguarda de manifestações culturais e religiosas, etc.).

Durante seus aproximadamente três anos de vigência, a FMNCR realizou saraus, debates, atos, formações e cursos abertos, rodas de conversa, participou de protestos e da organização dos atos do 8 de março e do 20 de novembro na cidade e de debates em espaços institucionais (como a Câmara Municipal de Campinas e o Conselho Tutelar) e com partidos e candidatos. Além dessas atividades externas, a articulação buscou prioritariamente constituir-se em um fórum de representação das mulheres negras da região e formular uma agenda unificada entre as militantes, que resultou em uma carta de propostas e reivindicações. Essa agenda pretendia representar a totalidade das preocupações das ativistas negras da região, mas também os movimentos sociais e grupos políticos que a subscreviam. Assim, a estabilização de uma rede de atores coletivos em torno da agenda formulada por essas militantes permaneceu um dos principais propósitos da articulação ao longo do período em que esteve ativa.

Ainda que, por decisão das militantes, os partidos políticos não fossem oficialmente representados na organização, eles tiveram um lugar central na formulação de estratégias de disputa e crescimento político das ativistas. Constituíram, ademais, um dos principais âmbitos de discordância e embates entre as militantes. No que segue, apresento os dados recolhidos no trabalho de campo que dizem respeito às percepções dessas militantes quanto aos partidos, suas relações com eles e às estratégias de inserção e crescimento em seu interior. Apesar da pluralidade de perfis individuais e coletivos em diversos sentidos, os dados são organizados a partir das divisões geracionais, pois esta foi a variável que circunscreveu mais regularidades nas posições e filiações políticas das militantes. As falas, citadas com pseudônimos, são todas oriundas de entrevistas em profundidade realizadas entre 2016 e 2018 e as formas como as entrevistadas são identificadas (“feminista popular”, “filiada ao partido X”, “militante do movimento LGBT”, etc.) correspondem às suas filiações, respeitando as formas como elas mesmas as descreviam.

Gerações, filiações partidárias e percepções sobre os partidos

Três delimitações de caráter geracional eram perceptíveis entre as militantes da FMNCR. O grupo de militantes mais experientes era circunscrito por suas trajetórias de ativismo mais longas, que frequentemente haviam sido iniciadas nos anos 1970 e 1980 e, em sua maior parte, incluía mulheres com mais de cinquenta anos¹⁰. Proporcionalmente, este era o grupo com maior número de filiadas a partidos; com a exceção de poucas não filiadas e uma integrante do PCdoB, todas eram vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, sua experiência destaca, em consonância com Alvarez (2014) e Medeiros (2017), a relevância do PT no campo feminista dos anos 1980 e 1990, quando ele teria desempenhado, juntamente às centrais sindicais e aos movimentos populares que compunham a sua base, o papel de um “nó articulador”, um ponto nodal que proporcionava encontros e associações entre vários grupos e militantes. Para Medeiros, esse papel teria se dado, principalmente, em relação aos (atualmente chamados) “feminismos populares”¹¹, reivindicados por parte significativa das militantes com quem dialoguei na pesquisa e que constituía a principal orientação dos grupos feministas na região à época em que ela foi realizada.

Assim como na pesquisa de Medeiros (2017), entre as militantes da FMNCR, a autodefinição como “feminista popular” implicava quase invariavelmente na filiação ao Partido dos Trabalhadores e, mais especificamente, em uma filiação de longa data, geralmente iniciada nas décadas de 1980 ou 1990, no contexto de grandes protestos por melhores condições de vida e questões urbanas. Mesmo as não filiadas ao PT tinham com ele uma relação de proximidade, simpatia e mesmo identificação. Essa conexão, que descrevi como uma forma de fidelidade partidária, guardava vínculo com o histórico do partido, em especial seu trabalho de base em comunidades periféricas até meados dos anos 1990 e partes de seu programa de governo nos anos 2000. Tal relação fica evidente na fala de uma das militantes desse campo:

¹⁰ Como explorei em outro texto (ABDALLA, 2020b), a caracterização geracional do grupo, cujo detalhamento ultrapassa o escopo do presente artigo, não podia ser reduzida a faixas etárias, mas respeitava, especialmente, à posição das militantes nos movimentos e redes ativistas em que estavam inseridas. Idade e posição, nesse sentido, estavam correlacionadas, mas não determinadas uma pela outra de forma unívoca, de modo que algumas mulheres com menos de 50 anos eram entendidas como parte do grupo frequentemente chamado de “as mais velhas”.

¹¹ “Feminismo popular” corresponde a uma identidade política criada a partir da articulação entre os movimentos populares – sindicatos, associações de base, grupos de bairro, comunidades eclesiais de base etc. – e as pautas e movimentos feministas. O termo procura marcar posição, principalmente, em relação aos movimentos feministas das décadas de 1970 e 1980, imprimindo um caráter vinculado à classe e à experiência de vida nas periferias urbanas vinculadas a ele, mas também aos movimentos populares, demarcando uma disputa em torno das questões das mulheres nesses movimentos. Cf. MEDEIROS, 2017, cap.1; ABDALLA, 2020a, cap.4.

eu só lamento que o PT tá uma merda, mas, sinceramente, foi o primeiro voto que eu dei, tenho convicção que vai ser o último. Até eu morrer, eu vou votar no PT, porque é uma coisa que eu construí, [...] porque eu tenho uma identidade com ele, mesmo sabendo todos os problemas que eles passaram. (Alina, 55 anos, feminista popular e militante do movimento negro)

Assim, mesmo militantes que rejeitavam a filiação – descrita por elas como algo que “te tira a mobilidade” e “te bota numa caixinha”, limitando as ações e conexões políticas mais fluidas, entendidas como necessárias à ação dos movimentos sociais – mantinham fortes vínculos com o partido. Há um deslocamento a ser notado, contudo, entre a percepção da filiação partidária como limitadora, como encontro nas entrevistas com essas militantes, e a posição que o partido ocupava na mobilização de redes e bases amplas nos anos 1980 e 1990, quando constituía um importante espaço para a construção de alianças políticas.

As relações de proximidade que esse grupo geracional nutria com o PT não impediam a manifestação de críticas voltadas à relevância das questões raciais e de gênero em seus debates e propostas, questionamentos acerca de seu compromisso com a base e, a partir dos governos federais petistas, da “profissionalização” dos militantes inseridos no Estado, que tornaria os movimentos sociais dependentes e “cooptados”. Assim, se, por um lado, valorizavam as políticas desenvolvidas pelo PT no governo, por outro, percebiam a atuação institucional como promotora de uma “descaracterização” do partido, que “não é mais militância”, como algumas afirmavam. Essas questões costumavam ser debatidas em espaços e conversas fechadas e, geralmente, não eram retomadas em outros contextos, o que as militantes justificavam afirmando a excepcionalidade do momento político e, frente ao avanço da direita e do “antipetismo”, a necessidade de união das forças políticas progressistas.

O grupo de mulheres mais jovens incluía um espectro etário mais amplo e bastante variado em outros sentidos, separando-se, grosso modo, em duas faixas: aquelas entre 35 e 50 anos e as que tinham menos de 35 anos. As militantes que tinham entre 35 e 50 anos, como suas predecessoras, eram majoritariamente filiadas ao PT. Suas relações com o partido geralmente acumulavam uma ou duas décadas e haviam sido constituídas a partir da militância em grupos religiosos (como os Agentes de Pastorais e outras organizações e grupos ligados às Comunidades Eclesiais de Base e à Igreja Católica), movimentos sociais (em especial, o movimento estudantil e o movimento negro), centrais sindicais (tais como a Central Única dos Trabalhadores) e grandes ocupações urbanas.

Nesses contextos, o PT estava associado tanto às suas redes familiares e afetivas, quanto aos laços e experiências comunitárias construídas nessas militâncias. Particularmente nas disputas urbanas, a intensa violência que caracterizou os processos de desocupação e a reordenação da cidade de Campinas por algumas décadas¹² parece ter reforçado a importância do trabalho de base e da mobilização das amplas redes do PT. É o que sugere o relato de uma das militantes que, expulsa de casa pelos pais ainda jovem, vai morar em uma ocupação gerida por movimentos populares, onde se aproxima do partido. Ela descreve sua filiação como relacionada a “um processo de sobrevivência: preciso morar [em algum lugar], preciso entender [o que estou vivendo]” (Roberta, 44 anos, militante LGBT, filiada ao PT e participante de grupos de militância cultural negra) e, nesse âmbito, qualifica o partido como um espaço de acolhimento, relacionando-se com ele a partir de dinâmicas afetivas e comunitárias.

Apesar do aspecto afetivo a que a filiação está relacionada, há para esse conjunto de militantes maior abertura a desafiar o partido. Além da crítica à particularização da questão racial e de gênero, por meio das setoriais, e a baixa qualidade e capilaridade desses debates e prescrições fora dos “departamentos”, bem como à “profissionalização” dos militantes no governo e às alianças, críticas já encontradas entre as “mais velhas”, as militantes também questionavam: os modelos de ações afirmativas debatidos no partido; a redução da contribuição da população negra ao domínio cultural e a ausência de especialistas negros em diversos eventos e espaços promovidos pelo partido; e, acompanhando a relevância da discussão sobre homofobia e transfobia nesse grupo, a baixa inclusão da população LGBT no partido e nas disputas eleitorais. Durante as entrevistas realizadas com essas militantes, era consenso entre elas a classificação do partido como “masculinista” e “cozinha” e frases de teor acusatório como “PT não quer saber de preto” ou “o PT criou ‘o lugar de negro’”, colocações que também apareciam frequentemente em discussões públicas da FMNCR ou nas quais ela esteve envolvida.

Em resposta a essas questões, algumas dessas militantes chegaram a montar um coletivo de filiadas voltado a pressionar o partido pela incorporação dessas questões. Era também notável que as críticas e questões levantadas por elas foram tomando forma ao longo de suas trajetórias políticas, especialmente à medida que se engajavam em outras militâncias e questões. Elas relatavam que conforme se envolviam com movimentos negros, feministas e LGBT e procuravam, sem sucesso, pautar essas questões no partido,

¹² Acerca desses processos, ver: LOPES, 1997; ROY, 2012.

passavam a reconhecer seus incômodos, problemas e lacunas nesse espaço. Em outras palavras, é a partir dos encontros e entrecruzamentos de diferentes militâncias e da circulação das militantes nesses vários espaços que elas se tornam progressivamente mais críticas ao partido.

A maioria das militantes que tinham entre 20 e 35 anos não era filiada a nenhum partido. A rejeição e desconfiança em relação aos partidos era marcante mesmo entre as poucas filiadas, geralmente bastante ativas nos debates partidários. De forma geral, essas militantes percebiam os partidos como espaços marcados por hierarquias rígidas e regras de convivência rotinizadas, que resultavam na “centralização” das decisões de forma impositiva. O principal exemplo eram as decisões tomadas por votação em regime de maioria, criticadas por parte dessas militantes como formas de silenciar dissidências¹³. “Autoritários” e “centralizadores” também eram características que elas atribuíam aos partidos tendo em vista sua atuação em meio a vários movimentos e atores coletivos, como nos protestos organizados no 8 de março ou no 20 de novembro, em que entendiam que os partidos buscavam ter posição central e dominar os espaços e recursos coletivos (microfone, palanque etc.).

Eram também bastante críticas ao que entendiam como uma “guetização” das questões de mulheres, negros e LGBTs em setoriais que, em vez de estímulos à sua organização autônoma tendo em vista a solidificação e a capilaridade de suas demandas políticas no projeto político do partido (o que chamavam de “auto-organização”), relegavam-nas ao lugar de “temas” separados que não dialogavam com a posição política e programática mais ampla do partido, sendo “responsabilidade” apenas dos diretamente envolvidos lidar com suas questões. Algumas filiadas se questionavam se sua inclusão era uma forma deste “solucionar” a pressão por representatividade inaugurada com a aprovação de políticas de ação afirmativa ou se, para além disso, simbolizava uma disposição efetiva para o encaminhamento de políticas específicas para os grupos mencionados e formuladas por eles mesmos. Nas palavras de Virgínia – uma das interlocutoras desta pesquisa, 32 anos, com uma trajetória de militância no movimento estudantil e filiada ao Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) –, tratava-se de uma questão sobre se ocupavam apenas “formalmente os espaços, enquanto figurantes [...], [e]

¹³ Embora tais métodos não tenham sido aplicados em partidos, vale dizer que algumas dessas militantes defendiam que, nos movimentos sociais, o regime de votação por maioria fosse substituído pelo que elas chamavam de “construção de consenso”, que envolvia longos debates em busca de uma solução em que houvesse alinhamento.

aí serve para dizerem ‘olha, a chefe de gabinete é uma mulher negra’, mas qual que é a política [que o partido desenvolve nesse sentido], né?”.

A principal escolha de vínculo político nesse grupo era ao PSOL, entendido como à esquerda do PT e como relativamente mais aberto aos debates e políticas voltados para questões de gênero, raça e sexualidade defendidas pelas militantes. Com frequência, a filiação havia se seguido à participação em debates e ações políticas na universidade e à atuação em movimentos estudantis, que constituem alguns dos principais espaços de entrada na militância para ativistas jovens contemporâneas (ZANETTI, 2011; LIMA, 2020). Por meio desses mesmos espaços e debates, as militantes não filiadas dessa faixa etária também demonstravam simpatia e/ou alinhamento ao conteúdo político-programático do PSOL. Todavia, essa aproximação não caracterizava um vínculo estável como o que chamei de fidelidade partidária entre as não filiadas da faixa etária superior em relação ao PT. Rompimentos públicos e notórios via redes sociais aconteceram mais de uma vez. Os casos referentes às candidaturas de Indianare Siqueira (PSOL-RJ) e Douglas Belchior (PSOL-SP) nas eleições de 2018 foram emblemáticos¹⁴. Nessas ocasiões, as militantes protagonizaram várias manifestações acusatórias nas redes sociais, caracterizando o partido e suas posturas como transfóbicas e racistas.

Curiosamente, uma manifestação semelhante à fidelidade partidária do primeiro grupo se revelou em relação ao PT à medida que se consolidava o contexto de erosão democrática. Embora não se convertesse necessariamente em votos ou filiação, uma postura de “defesa” do partido foi tomada pelas militantes em alguns momentos, fundamentada por políticas percebidas como “avanços” ou “conquistas”, em contraposição às críticas que lhe eram endereçadas por pessoas identificadas com a esquerda, em especial. Nos meses que antecederam as eleições de 2018, algumas das militantes passaram a argumentar, em eventos públicos e nas redes sociais, que o “antipetismo” era necessariamente vinculado ao racismo, expressando a rejeição da população branca (e frequentemente identificada com a classe média) a políticas como as

¹⁴ No primeiro caso, o PSOL-RJ indeferiu a candidatura de Siqueira, uma militante transativista, alegando para isso que ela havia cometido atos violentos contra outros grupos militantes, o que ela negava e afirmava estar resolvendo diretamente com os ditos grupos, acusando o partido de discriminar a militante por sua expressão de gênero (para mais detalhes, ver: <http://desacato.info/eleicoes-sem-travestis-e-transsexuais-tambem-e-golpe-diz-indianare-siqueira-ao-ter-candidatura-negada-pelo-psol-rj/>). Já em São Paulo, o militante antirracista e então pré-candidato à Câmara Federal alegava que o partido oferecia recursos díspares para candidatos negros e brancos, pressionando o partido a debater o assunto em público (ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/02/A-quest%C3%A3o-racial-nas-candidaturas-do-PSOL-em-S%C3%A3o-Paulo>).

ações afirmativas, a PEC das Domésticas, o programa Bolsa Família, entre outros, precisamente aquelas que esse grupo de militantes reconhecia como “conquistas” dos governos petistas.

Tais discursos, contudo, miravam uma parcela específica dos “antipetistas” que essas militantes costumavam chamar de “esquerda branca”, uma categoria acusatória endereçada a pessoas (não necessariamente militantes) que, apesar de sua identificação com a esquerda, não teriam “disposição” para “avançar” nos debates pertinentes às mulheres, à população negra e LGBT e, de uma forma mais prática, à classe trabalhadora. Nele estavam incluídas “feministas brancas” e/ou “universitárias”, militantes do movimento estudantil e outros segmentos que expressavam posturas que as militantes consideravam “irresponsáveis politicamente” e “alienadas” das realidades dos grupos beneficiários das políticas sociais desenvolvidas nos governos petistas.

Estratégias de inserção nos partidos

Um dos objetivos da articulação era ampliar o espaço e o poder de deliberação e ação política das participantes, conferindo-lhes legitimidade e “capital político” no interior das organizações políticas e redes em que estavam inseridas para que, então, disputassem as agendas políticas das mulheres negras. Isso se dirigia também – e enfaticamente – aos partidos políticos, entendidos como espaços avessos e hostis às pautas e à ascensão política das mulheres e da população negra. Dessa forma, algumas das ações da FMNCR constituíram estratégias voltadas a ampliar seu capital político, condições de negociação no interior dos partidos e sustentá-las em suas disputas.

Uma primeira fonte de ganhos políticos em termos de reconhecimento e legitimidade em meio às ações coletivas locais se deu por conta da escolha do formato. A opção por uma frente, entendida como uma articulação transversal e composta por vários movimentos sociais e grupos políticos, foi pensada tendo em vista a possibilidade de abrigar militantes com perfis distintos, mas também visando constituir uma organização que já gozasse, de início, de alguma legitimidade no cenário local. Por isso, a concepção da agenda da organização incluiu momentos de diálogo e negociação com os coletivos, que, por fim, assinaram a carta de princípios e objetivos políticos da FMNCR, comprometendo-se com a articulação e as disputas encampadas por ela. A partir de então, a FMNCR e suas militantes passaram a representar, em suas ações e falas, os aproximadamente vinte coletivos, grupos, movimentos e organizações que a compunham. Por isso, como explicou Alina:

[A Frente nos] potencializava: se eu não sou ninguém na minha organização quando eu represento a minha organização na Frente, eu volto sendo alguém. [...] E essas coisas [a gente] têm que ter maturidade para enxergar, porque se você não tiver maturidade você vai ficar se perdendo naquilo que os homens não se perdem [que é]: não tô aqui para fazer disputa partidária, eu tô aqui, ao contrário, para dizer o que que o partido não fala sobre mim e aqui eu descobri o que que o partido não fala sobre mim e eu tô aqui para falar. Então, se a gente unificasse a nossa pauta e jogasse ela pra dentro dos partidos, nossa, a gente ia fazer a revolução. [...] Você vai ter que dizer “Olha, o problema da [mulher negra] é esse, esse e esse, nós estamos aqui pra ocupar esse, esse e esse espaço por causa disso, disso e disso, tá bom, gente? [Se] não tá bom, eu vou pra outro partido, vocês que escolhem, eu tô aqui há vinte anos e vocês ainda não investiram em mim, ah, porque eu sou da Frente [FMNCR], e aí tem vinte entidades assinando ali”. Putz, o medo dos caras é grande, né? (Entrevista Alina, 55 anos, feminista popular e militante antirracista)

Ainda que as participantes raramente tenham realizado enfrentamentos diretos como o proposto na fala acima, a legitimidade que a FMNCR lhes conferiu serviu para impulsionar as candidaturas de algumas de suas militantes. Frequentemente, as militantes afirmavam que os partidos “usavam” as mulheres, ora para atrair votos por meio de candidaturas de lideranças políticas sem investimento e cujas campanhas serviam para ampliar os nomes dos principais candidatos em suas comunidades, ora para discutir com oponentes políticos e, com isso, poupar os homens do partido de indisposições. Como também expressou Alina, “[as] ‘esquerda-mulher’ são boas para bater na gente [movimentos sociais e militantes], não são boas para bater nos caras [dos partidos]”, afirmando que o partido “não forma elas para isso”. Respalgadas pela articulação, as candidaturas foram saudadas e tiveram sua importância ressaltada mesmo pelas mulheres que expressavam forte rejeição à filiação partidária, que celebraram publicamente o ineditismo e mesmo a coragem daquelas militantes por “bancarem fazer uma campanha dentro de um partido que não entende uma mulher, negra, lésbica, periférica como prioritária” (Mariana, 33 anos, militante antirracista, feminista interseccional e participante de grupos de militância cultura negra), sem as quais entendiam que transformações nas estruturas partidárias não seriam possíveis.

Outras estratégias utilizadas pelas militantes também se davam no sentido de empregar a legitimidade acumulada pela FMNCR ao representar um vasto número de movimentos locais, valendo-se de seu peso nas negociações para exercer pressão sobre a estrutura partidária. Em alguns casos, especialmente para ativistas mais jovens, ter acesso facilitado a militantes experientes e movimentos sociais longevos da região era uma prerrogativa valiosa para negociar e disputar espaço nos partidos. Elas, então, organizavam eventos, debates e negociações sobre as questões raciais e de gênero nos partidos e garantiam a presença das militantes mais experientes que, cientes das

dificuldades e obstáculos vivenciados pelas mais jovens nesses espaços, procuravam empenhar sua posição, reconhecimento e prestígio em favor de suas aliadas e pressionar pela inclusão da agenda política das mulheres negras organizadas nos programas partidários.

Em outras ocasiões, contudo, essa estratégia se deu de outra forma. Convidadas por lideranças dos partidos para participar de suas discussões, as militantes ofereceram como resposta “chame as mulheres negras do seu partido”, o que, segundo Virgínia, ressoava um combinado feito na articulação, que ela descreve explicando que “uma [militante] fortalece a outra onde ela estiver. Então assim, é um debate do PSOL para o PSOL. Então, por que você não vai chamar as mulheres negras do PSOL?”. Também é importante notar que se as militantes mais velhas garantiram alguns trunfos às mais jovens e à organização em razão de suas redes de contatos e trajetórias políticas, elas também indicavam a importância das trocas intergeracionais que dependiam dos recursos detidos pelas mais jovens – a capacidade de mobilizar públicos amplos rapidamente sendo o principal deles.

As relações com os partidos políticos também estavam frequentemente imbricadas com outros campos e organizações, o que demandava (e proporcionava) costuras complexas nessa tessitura de relações. Um caso notório se deu no início de 2017, quando, devido a um feminicídio na cidade de Campinas, uma das militantes organizou uma seção local do grupo feminista Nenhuma a Menos. O *Ni una menos* pode ser entendido como uma série de marchas e protestos contra a violência de gênero iniciada na Argentina, em 2015, que reuniu dezenas de milhares de mulheres nas ruas. Essas marchas se espalharam por uma série de países na América Latina a partir de 2016, chegando em Campinas em 2017, por meio da iniciativa da militante da FMNCR. Nas várias atividades realizadas pelo grupo formado na cidade, buscou-se articular as diversas forças políticas locais em torno do caso, o que foi realizado com grande sucesso. As primeiras reuniões abertas foram lotadas por representantes de inúmeros grupos políticos e participantes “independentes”, o manifesto escrito pelos presentes foi endereçado ao poder público com as assinaturas de dezenas de organizações políticas e o protesto, realizado apenas alguns dias após o início da mobilização, reuniu milhares de pessoas.

O estímulo da FMNCR à militante que organizava o grupo era evidente já na reunião inaugural do Nenhuma a Menos. Das cinco convidadas a falar como representantes de grupos feministas da cidade, três faziam parte da articulação, tornando-o o grupo político local mais representado na reunião, o que, como comentaram algumas

das militantes, era uma variação interessante da ocorrência mais comum nesses espaços: que as mulheres negras sejam representadas muito pontualmente em meio a um vasto número de militantes brancas. Mais interessante nesse cenário, a organizadora do Nenhuma a Menos e parte de suas convidadas eram filiadas ao mesmo partido, no qual dispunham de recursos de poder e legitimidade bastante díspares. Dessa forma, ao se tornar representante de um movimento que lograva mobilizar inúmeras organizações coletivas e milhares de pessoas, a participante acumulava um “capital político” que, produzido no campo feminista, contribuiria não somente para sua posição (e a da articulação) nesse campo, mas, principalmente, para sua própria posição no interior do partido. Assim, a Frente de Mulheres Negras não apareceu apenas nas várias falas de suas participantes – que representavam, além das mulheres negras, grupos LGBTI, mulheres populares e trabalhadoras sexuais – e na subscrição ao manifesto do movimento (também assinado por 16 dos movimentos nela representados), mas também participou da divulgação dos eventos em suas redes e mobilizou seu público para os atos.

Os dados levantados demonstram e exemplificam o afastamento das novas gerações ativistas do âmbito institucional, evidenciado por outras pesquisadoras (GOMES, 2018; CARMO, 2018; FACCHINI, CARMO, LIMA, 2020), e, mais especificamente, da política eleitoral. De fato, na presente pesquisa, a filiação e a expressão de confiança e desejo de participação nos partidos e disputas eleitorais decresceu significativamente de acordo com a diminuição da idade das militantes. Ao mesmo tempo, as razões oferecidas para essa desconfiança, para além da caracterização dos partidos como “hierárquicos”, “engessados” e “burocráticos”, diziam respeito à permeabilidade e espaço às questões de mulheres, pessoas negras e LGBTs, que as militantes percebiam como reduzidos.

Uma preocupação semelhante parece estar presente nos enunciados das militantes jovens sobre os espaços partidários e sobre os modos como elas percebem sua inclusão neles, o que é notável, por exemplo, no questionamento de Virgínia sobre participar dos partidos como “figurantes”, sem que a participação represente modificações nas políticas desenvolvidas. Em ambos os casos, pode-se compreender que, para essas ativistas, sua participação é tanto incompleta – sobretudo do ponto de vista da representação eleitoral e na política desenvolvida pelos partidos – quanto, no caso dos partidos identificados com a esquerda, portadora de valor político. Assim como em outras experiências e eventos de mobilização, essa rejeição parece indicar limites à possibilidade de exercer a política a

partir da “construção de uma identidade política feminista que intersecta racismo, sexismo, identidade nacional e sexualidade” (RODRIGUES, FREITAS, 2021, p.35).

Conclusão

O presente texto analisou um recorte de dados recolhidos em campo, referentes às percepções de ativistas feministas negras brasileiras sobre os partidos políticos e suas relações com eles, assim como sobre as estratégias utilizadas para a inclusão e ampliação de seu capital político no interior desses espaços. O caso e os dados trazidos nesse artigo indicam a relevância de cooperações e alianças entre militantes e movimentos na formulação e aplicação de estratégias de ampliação de recursos de poder no interior dos partidos e espaços da política institucional, salientando, especialmente, o acúmulo de experiência política intergeracional.

Do ponto de vista da trajetória política e organizativa do movimento de mulheres negras, que ainda carece de sistematização mais consistente no que diz respeito às suas interações com os partidos políticos, apesar da passagem de um contexto de ampla institucionalização dos movimentos sociais no Estado e da intensificação das interlocuções com a sociedade civil, as percepções expressadas pelas militantes sobre os partidos e a participação de mulheres negras seguem marcadas pela desconfiança e pelas disputas. Nesse sentido, se há alguma novidade, ela está no afastamento efetivo das organizações partidárias – não exclusivo do feminismo negro nesse período – e na busca por outras formas de atuação política mais voltadas à mobilização das bases do que às agendas institucionais.

Conforme argumentei na última seção, tal afastamento, compreendido pela lente das novas gerações e das configurações recentes do campo dos feminismos negros, relaciona-se à percepção dessas ativistas acerca da incapacidade dos partidos e esferas representativas abrigar as diferenças e a multiplicidade – ou a complexidade das experiências – daquelas que pretende representar. Contudo, como demonstram as diversas estratégias empregadas para constituir legitimidade e poder no interior dos partidos, eles não se tornaram dispensáveis para essas ativistas. Ao contrário, conforme indicado na introdução, a partir dos últimos anos da década de 2010, uma movimentação oposta pode ser verificada. As formas e a intensidade dessa aproximação, compartilhadas por outros pesquisadores que analisaram campos empíricos semelhantes (e semelhantemente críticos e distanciados da disputa partidária ou eleitoral), são variáveis: algumas militantes se tornaram assessoras de parlamentares, outras se inseriram em administrações coletivas no

legislativo e outras, ainda, passaram a integrar iniciativas regionais ou nacionais de intervenção na política partidária.

Esse “reencantamento com a política institucional”, como chamou Bila Sorj (2018), que vem resultando em fenômenos como as mandatas coletivas, gabinetonas¹⁵ e outras formas de ingresso e experiência da política, indica que o esgotamento da cultura política eleitoral-representativa e o envelhecimento dos partidos que transparece nas perspectivas das novas gerações ativistas têm mais facetas e desdobramentos do que o esvaziamento completo. Ao contrário, o “hackeamento” (GURZA LAVALLE, 2019) e a “ocupação da política” (RODRIGUES, FREITAS, 2021) presentes nesses formatos de participação salientam outras estratégias e saídas para a crise de representação, as quais reforçam o papel das circulações de atores entre diversos espaços participativos e representativos como uma estratégia de constituição de capital político. Pode-se ter como hipótese que tais formatos de participação eleitoral se relacionam à busca por constituir formatos representativos capazes de incluir a multiplicidade de experiências que constituem os sujeitos políticos que recentemente ocupam as esferas públicas brasileiras – algo que as pesquisas publicadas sobre essas iniciativas já indicam (cf. RODRIGUES, FREITAS, 2021).

Perceber o caminho rumo à reinvenção da política institucional por meio de variadas estratégias, assim como os objetivos e processos de sua construção, sem deixar de lado a forte rejeição expressada por essas ativistas à política institucional, eleitoral e partidária no momento anterior, será o foco de pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

ABDALLA, Julia S. *Alianças, encontros e margens: feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Unicamp, Campinas, 2020a. 395p.

_____. *Mobilizações feministas negras na crise da democracia: um estudo de caso com a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região* [online]. Anais do 44º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2020b. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYT0xOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMTUxIjt9IjtzOjE6I>

¹⁵ Segundo o relatório de pesquisa *As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020* (SECCHI, LEAL, 2020, p.5), candidaturas coletivas variadas podem ser descritas como “formas de exercício do poder legislativo por um grupo de cidadãos que, juntos, têm tarefas de elaboração de projetos de leis, fiscalização do poder executivo, representação e posicionamento parlamentar”. O relatório afirma que esses mandatos são liderados por um porta-voz formalmente filiado a um partido, incluem variados números de colegas, os quais não necessariamente tem alinhamento ideológico, e, apesar de presentes em todo o espectro ideológico, tem maior presença na esquerda.

[mgiO3M6MziI6ljAxNTUwNwY1YTEXNDMxZDBjZjc0YWJjZjY1NjYwNWMxIjt9&ID_ATIVIDADE=151](https://doi.org/10.21909/mgiO3M6MziI6ljAxNTUwNwY1YTEXNDMxZDBjZjc0YWJjZjY1NjYwNWMxIjt9&ID_ATIVIDADE=151) . Acesso em julho de 2021.

ALVAREZ, Sônia E. *Engendering democracy in Brazil*. Women's movements in transition politics. Nova Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, 43, pp. 13-56, janeiro-junho de 2014.

_____. Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 384, pp.833-850, setembro-dezembro, 2012.

ANDRADE, Luiz Fernando C. *Movimento Negro e a Cultura Política no Brasil (1978-1988): o caso de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, PPG Sociologia, UFSCar, 2016. 256p.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In.: In.: BLAY, E; AVELAR, L. (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017. Pp.65-99.

BOHN, Simone R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Debates*, Porto Alegre, vol.4, n.2, pp.81-106, 2010.

BRINGEL, Breno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In.: *A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades*. Rio de Janeiro: FASE, 2018. Pp.20-29.

BRITO, Marina. Feminismo e Estado no Brasil: experiências da militância feminista na burocracia estatal. In.: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; KUBIK MANO, Maíra; SARMENTO, Rayza; GONÇALVES FREITAS, Viviane (Orgs.). *Feminismos em Rede*. Porto Alegre: Zouk, 2019. Pp. 227-246.

CARMO, Íris N. *O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2018. 208p.

GOMES, Carla C. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018. 248p.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris.; LIMA, Stephanie. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação e Sociedade*, vol.41, pp.1-22, 2020.

GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima; OLIVEIRA, Elismênia. Das idades transitórias: as "jovens" no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. *Revista Feminismos*, v. 1, n. 3, setembro-dezembro, 2013.

GURZA LAVALLE, Adrian Gurza. *O novo cenário do ativismo no Brasil*. Paper apresentado no Fórum da ABCP, "Democracias em crise", no 43o Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Orgs.). *Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: UERJ, 2019.

HERNES, Helga Maria. *Welfare state and woman power: Essays in state feminism*. Oslo: Norwegian University Press, 1987.

LEMOS, Rosália. *Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFF, Niterói, 2016. 398p.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas. Ações afirmativas no governo Lula. *Revista Novos Estudos*, vol.87, pp.77-85, julho 2010.

LIMA, Stephanie P. *A gente não é só negro!* Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2020. 288p.

LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz M. A. (Orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública. O mundo da participação*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014

LOPES, Doraci A. *Marginais da história? O movimento dos favelados na Assembleia do Povo (1979/1986)*. Campinas: Editora Alínea, 1997.

MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia (Orgs.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil?* (2 volumes). Porto Alegre: Ed. Zouk, 2018.

MEDEIROS, Jonas M. S. *Movimentos de mulheres periféricas na zona leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, Campinas, 2017. 257p.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In.: SOLANO GALLEGU, Ester (Org.). *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

PEREIRA, Carlos Alberto M; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. *Patrulhas ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980. Pp.202-212.

PINTO, Céli R. J. Quando os contextos não importam: as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres 2011-2016. In.: ALVAREZ, S.; MATOS, M. (Orgs.). *O feminismo estatal participativo brasileiro*. Vol.1. Porto Alegre: Zouk, 2018. Pp.177-201.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

REZENDE, Daniela. Partidos políticos como instituições generificadas. In.: MARQUES, D.; REZENDE, D.; KUBIK MANO, M.; SARMENTO, R.; GONÇALVES FREITAS, V. (Orgs.). *Feminismos em Rede*. Porto Alegre: Zouk, 2019. Pp.193-209.

RIOS, Flávia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In.: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2019. pp.255-284.

RIOS, Flávia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, v. 1, p. 120-140, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. *As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, 2006. 234p.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência política* (34), pp.1-54, 2021.

ROY, Lise. *Mulheres fazendo história: história do Grupo de Mulheres na Periferia de Campinas (1980-2010)*. Campinas: Editora Setembro, 2012.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In.: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; BUARQUE DE HOLANDA, Cristina; ELIAS DE OLIVEIRA, Vanessa. *Mulheres, poder e ciência política*. Campinas: Unicamp, 2020. Pp.71-107.

SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos*. A história de vida de uma guerreira. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SANTOS, Sônia B. *Brazilian Black Women's NGOs and Their Struggles in the Area of Sexual and Reproductive Health: Experiences, Resistance, and Politics*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, University of Texas, Austin, 2008. 481p.

SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo. (Coords.). *As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil*. Relatório de pesquisa. Brasília: Editora IABS, 2020. 34p.

SILVA, Tauana O. G.; WOLFF, Cristina S. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, 55, pp.1-33, 2019.

SORJ, Bila. *O movimento feminista e o "reencantamento" da política institucional: algumas anotações*. Artigo apresentado na XXXVI International Congress of the Latin American Studies Association, Barcelona, Espanha, maio de 2018.

STETSON, Dorothy M.; MAZUR, Amy. *Comparative state feminism*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

ZANETTI, Julia P. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *Cadernos Pagu*, 36, pp.47-75, janeiro-junho 2011.

ZANOLI, Vinícius. *"Bradando contra todas as opressões!"*: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2019. 238p. 67, p. 139-190. 2006.